

**aljubarrota: a batalha que
derrotou os castelhanos e mudou
o curso da história de portugal**
organização de
paulo m. dias e joão nisa

ÍNDICE



| | |
|------------------|---|
| INTRODUÇÃO | 9 |
|------------------|---|

I. A CRISE DE 1383–1385

| | |
|---|----|
| 1. O Interregno e as Cortes de Coimbra de 1385 (Mário Farelo) | 13 |
| 2. A aliança luso-inglesa antes, durante e após Aljubarrota (Tiago Viúla de Faria) | 23 |
| 3. A nobreza e a crise sucessória de 1383-1385: chaves para a sua compreensão (Miguel Aguiar) | 33 |
| 4. Os concelhos durante o Interregno (Mário Farelo, com a colaboração de Adelaide Millán da Costa) | 43 |
| 5. A Guerra dos Cem Anos e o seu impacto na Península Ibérica (Pablo Sanahuja Ferrer) | 53 |

II. PROTAGONISTAS

| | |
|---|----|
| 1. D. João: de Mestre de Avis a Rei de Portugal (Maria Helena da Cruz Coelho) | 67 |
| 2. D. Beatriz e D. Leonor Teles na sucessão do trono de Portugal (1372-1385) (Isabel de Pina Baleiras) | 78 |
| 3. Juan I de Castela (Covadonga Valdaliso Casanova) | 89 |
| 4. O condestável Nuno Álvares Pereira: <i>Muyto arteyro em armar suas batalhas</i> (João Nisa) | 99 |

III. FACES DA GUERRA

| | |
|--|-----|
| 1. Cavalgadas, cercos e batalhas: a guerra terrestre durante a Crise de 1383-1385 (João Nisa e Paulo M. Dias) | 111 |
| 2. No reino das galés: guerra naval e anfíbia durante a Crise de 1383-1385 (Paulo M. Dias) | 122 |

| | |
|---|-----|
| 3. A segunda-feira de Aljubarrota (Miguel Gomes Martins) | 134 |
| 4. Os exércitos em confronto (Ekaitz Etxeberria Gallastegi e Jon Andoni Fernández de Larrea) | 146 |
| 5. Entre a malha e o aço, entre a espada e a pólvora: o armamento à época da Batalha Real (António Conduto Oliveira) | 157 |

IV. CONSEQUÊNCIAS DO INTERREGNO DE 1383–1385

| | |
|---|-----|
| 1. Portugal depois de Aljubarrota: a consolidação política da nova dinastia e a vida social e económica (Saul António Gomes) | 175 |
| 2. Aljubarrota em Castela: ecos de sangue, dor e vingança (Carlos J. Rodríguez Casillas) | 188 |
| 3. A Batalha de Aljubarrota nas encruzilhadas da memória (Maria Cristina Pimenta) | 196 |

INTRODUÇÃO



Em 2025, 640 anos depois de o pó ter assentado no Campo de São Jorge, a Batalha de Aljubarrota continua a gerar fascínio e admiração. E não é caso para menos. Afinal, uma batalha campal — um acontecimento já de si raro durante o período medieval — veio a ter um desfecho decisivo ao ponto de alterar definitivamente o rumo da História, não só da Península Ibérica, mas também do próprio mundo. Basta pensar que, caso a sorte das armas não tivesse estado do lado de D. João I e Nuno Álvares Pereira nessa tarde de 14 de Agosto de 1385, dificilmente se poderia imaginar a sobrevivência de Portugal enquanto reino plenamente independente. E aí reside a ideia que deu origem a este livro: como se explica, no seu tempo e espaço, um acontecimento de tal magnitude? Nas páginas que se seguem esperamos responder a esta questão, desde logo enquadrando o desfecho de Aljubarrota no seu contexto mais próximo: a Crise de 1383-1385, um período de convulsões políticas e sociais iniciado com a morte de D. Fernando I, que levou ao eclodir de uma guerra civil e a uma invasão castelhana, apenas para ser encerrado com a eleição de D. João I como rei nas Cortes de Coimbra e com a vitória sobre Juan I de Castela em Aljubarrota. No final, apenas o leitor nos poderá dizer se fomos bem-sucedidos.

Em termos práticos, este livro divide-se em quatro partes distintas, mas intimamente interligadas, tendo por fio condutor os acontecimentos em Portugal nos finais do século XIV. Embora as ligações entre capítulos convidem à leitura do conjunto, cada um deles é autónomo e pode ser lido em separado. Note-se que cada capítulo foi escrito por um historiador, português ou espanhol, especialista no assunto em questão e que aceitou o desafio de condensar, em pouquíssimas páginas, assuntos complexos e desafiantes. A primeira parte desta obra fornece o contexto para tudo o que se segue, com capítulos dedicados ao Interregno de 1383-1385, à aliança entre Portugal e Inglaterra, ao contexto mais vasto da Guerra dos Cem Anos e o

seu impacto na Península Ibérica, bem como ao posicionamento político da nobreza e dos concelhos face aos acontecimentos da época. A segunda parte aborda alguns dos protagonistas da Crise de 1383-1385, conferindo uma faceta humana a personagens que, de tão longínquas, por vezes ascendem ao patamar de mito. Aqui o leitor encontrará capítulos dedicados a D. João I de Portugal e Juan I de Castela, os dois principais candidatos ao trono português, à infanta D. Beatriz e a Leonor Teles, duas protagonistas femininas frequentemente esquecidas, bem como ao condestável Nuno Álvares Pereira, o principal obreiro do sucesso militar português nesse período. Na terceira parte o leitor tem ao seu dispor os aspectos militares da Crise de 1383-1385, com capítulos dedicados às formas como se fazia a guerra, tanto em terra como no mar, como os exércitos eram formados e as armas que usavam, além, claro, de um estudo detalhado da Batalha de Aljubarrota propriamente dita. Por fim, a quarta parte lida com as repercussões deste conflito, quer em Portugal, quer em Castela, bem como com alguns dos mitos que, ao longo dos séculos, foram envolvendo a mais famosa das batalhas medievais portuguesas.

Para concluir, resta-nos agradecer a todos aqueles que aceitaram, com entusiasmo e dedicação, juntar-se a nós, coordenadores, no retomar das hostilidades em torno da Batalha de Aljubarrota: aos autores, que gentilmente partilharam connosco o seu tempo e o seu vasto conhecimento, permitindo a criação deste livro destinado ao grande público, e à equipa da Saída de Emergência, que desde a primeira hora manifestou tanto interesse pela ideia deste livro quanto os próprios coordenadores. A todos, o nosso mais sincero obrigado.

Paulo M. Dias e João Nisa

I.

A CRISE DE 1383–1385



1.

O INTERREGNO E AS CORTES DE COIMBRA DE 1385

Mário Fareló

Lisboa, 22 de outubro de 1383: um dia fatídico que marcaria profundamente a História de Portugal. Foi nesta data que D. Fernando I, rei de Portugal, sucumbiu a uma doença de natureza incerta, que o debilitara de forma intermitente nos derradeiros anos de vida.

A morte do monarca e a questão da sua sucessão não eram novidade em Portugal, pois, desde D. Afonso Henriques, o reino assistira a oito mudanças de reinado. Contudo, esta nona transição assumia contornos muito distintos. Em vez da habitual mobilização da Corte régia e dos habitantes dos burgos para as celebrações litúrgicas em honra da alma do falecido monarca, as cerimónias fúnebres de D. Fernando I foram marcadas pela simplicidade e pela ausência de pompa. O cronista Fernão Lopes relata que «pouca gente» participou no cortejo que transportou o corpo do monarca pela cidade de Lisboa, desde o Paço da Alcáçova, onde provavelmente terá falecido, até ao Convento de São Francisco. As exéquias e o sepultamento ocorreram, segundo o cronista, de forma «muito simplesmente», destoando das práticas que «pertencia a estado de rei», seja pela possível deterioração física do soberano, derivada da doença, seja pela má vontade dos lisboetas, desgostosos com os rumos do governo de D. Fernando I, em virtude da crescente influência da rainha D. Leonor Teles e da sua proximidade com João Fernandes de Andeiro, a quem concedera múltiplas doações.

Aliás, uma sucessão como esta era inédita na História de Portugal, uma vez que o rei deixou como única herdeira a sua filha D. Beatriz, com apenas 10 anos, nascida da sua união com D. Leonor Teles e casada com o rei castelhano Juan I, motivo pelo qual residia, então, em Castela. Era a primeira vez que a sucessão ao trono português recaía sobre uma mulher. Diferentemente de França, onde a Lei Sálica proibia formalmente a sucessão feminina, em Portugal, apesar de a tradição favorecer o primogénito

masculino legítimo, as irmãs não eram excluídas da linha sucessória na ausência de herdeiros do sexo masculino.

Mais do que da legitimidade de D. Beatriz para ascender ao trono, as tensões internas verificadas no reino resultaram da sua condição de rainha consorte de Castela e do receio de que Portugal pudesse ser subordinado aos interesses castelhanos. Essa situação gerou fortes apreensões entre os portugueses, fomentando divisões internas e incertezas que moldariam profundamente o período subsequente.

A historiografia atribuiu diversas designações a este último, dependendo da ênfase dada à descontinuidade do poder régio e às questões da sucessão dinástica (Interregno, Crise Dinástica) ou às transformações sociais que este momento precipitou (Revolução). Independentemente da designação adotada, é inegável que o intervalo entre a morte de D. Fernando I (22 de outubro de 1383) e a proclamação de D. João, Mestre de Avis, como rei, nas Cortes de Coimbra (6 de abril de 1385), representou um dos períodos mais críticos da história medieval portuguesa, marcado pela redefinição da autoridade real e pelo reposicionamento das principais instituições de poder — a nobreza, os concelhos, as ordens militares e a Igreja — na estrutura política do reino.

A reconstituição dos factos históricos desse período apoia-se em fontes específicas, como os tratados assinados entre Portugal e Castela durante o governo fernandino ou o *Auto de eleição* de D. João I, assim como os inúmeros diplomas régios preservados nos registos de chancelaria da Coroa portuguesa. Contudo, grande parte do conhecimento (e, em muitos casos, da interpretação) que temos sobre as movimentações políticas, diplomáticas e militares dessa época provém das crónicas redigidas por Fernão Lopes, guarda-mor da Torre do Tombo, no segundo quartel do século xv. Apesar do cuidado que este autor demonstrou em articular a sua prosa com os dados retirados de testemunhos orais e de fontes escritas, é importante lembrar que escrevia sob os auspícios da nova dinastia de Avis, com o objetivo de exaltar os feitos e a legitimidade dos seus fundadores.

Antes de seguirmos D. Beatriz no seu período de luto, torna-se essencial uma breve análise dos antecedentes políticos desse momento, de forma a contextualizar e estabelecer as premissas que moldaram os acontecimentos decisivos em Portugal ao longo do ano e meio seguinte à morte do rei seu pai.

OS ANTECEDENTES

NOS ÚLTIMOS ANOS DE REINADO, D. FERNANDO I FOI ACOMETIDO POR UMA doença cíclica e debilitante cuja natureza permanece incerta. A investigação histórica não conseguiu identificar com precisão essa enfermidade, sendo o envenenamento ou a tuberculose pulmonar as principais hipóteses debatidas entre especialistas. Contudo, mais relevante do que determinar a causa exata da doença são os seus profundos efeitos no exercício do poder.

Esta enfermidade comprometeu de forma significativa os últimos anos de D. Fernando I. Um episódio particularmente grave ocorreu entre o final de 1377 e o início de 1378, quando o monarca, ao que tudo indica, esteve, em estado crítico, à beira da morte. Doravante, o rei centrou as suas deslocações num território reduzido, delimitado pelas cidades de Lisboa, Coimbra e Évora, que se revelou especialmente prejudicial para o normal funcionamento da administração do reino.

Ao contrário dos reis passados, sobretudo do pai, D. Pedro I, o monarca abdicou de um dos elementos mais importantes do governo régio, a constante itinerância, e muito provavelmente, de alguma participação direta na tomada de decisões políticas. Simultaneamente, observa-se o crescente protagonismo da rainha D. Leonor Teles, que passou a acompanhar o rei de forma constante e a assumir, gradualmente, um papel cada vez mais ativo na governação. Do ponto de vista externo, a fragilidade do rei tornava ainda mais delicada a gestão das relações políticas com as restantes monarquias ibéricas e, em termos internacionais, com o posicionamento da Coroa face à divisão da Igreja Católica em duas obediências — a do Papa de Roma e a do Papa de Avinhão —, no âmbito da crise eclesial conhecida como o Grande Cisma do Ocidente (1378-1417). Sabendo que da segunda resultou um posicionamento titubeante, com D. Fernando I a oscilar entre a obediência avinhonense e a romana, importa esclarecer a primeira, ou seja, o que conduziu ao casamento da herdeira do trono português com o monarca castelhano. Um tal desiderato obriga a apresentar, ainda que de forma bastante breve, um conjunto de ações político-diplomáticas iniciadas desde os primeiros anos do reinado de D. Fernando I.

A morte do rei castelhano D. Pedro I, em 1369, assassinado pelo seu irmão Enrique de Trastámara, deu início a uma disputa pelo trono de Castela. D. Fernando I, ao reivindicar os seus direitos ao trono com base na sua condição de bisneto de Sancho IV de Castela, declarou guerra ao assassino do rei castelhano, com o apoio dos reinos de Aragão e de Granada.

O rei português passou rapidamente à ofensiva, liderando uma expedição militar à Galiza, durante a qual foi bem recebido na Corunha e recebeu o apoio de várias cidades da Galiza, de Leão e da Andaluzia. No entanto, perante a incapacidade do exército fernandino para resistir à reação militar de Enrique II, da qual resultou uma investida por terras portuguesas marcada pela tomada de Braga e pelo cerco a Guimarães, as forças portuguesas foram forçadas a recuar. Por intervenção papal, as duas partes aceitam a paz, sob a forma da assinatura do Tratado de Alcoutim (31 de março de 1371). Este tratado envolveu o compromisso do monarca português em casar com Leonor, filha do rei de Castela, e em alinhar-se politicamente com o reino de França.

Contudo, a paz seria de pouca dura. O casamento secreto de D. Fernando I com Leonor Teles, nesse mesmo ano, e a sua posterior união pública, em 1372, violaram as condições do Tratado de Alcoutim. De igual modo, D. Fernando I decidiu-se por um afastamento de Castela e por uma aproximação a Inglaterra, com a qual viria a celebrar um acordo, o Tratado de Tagilde (10 de julho de 1372). Daí a uma nova intervenção militar de Enrique II foi um passo. Esta segunda guerra fernandina (1372-1373) iniciou-se na Beira e teve como ponto mais marcante o cerco à cidade de Lisboa. Dada a incapacidade de Portugal para resistir efetivamente e a dificuldade de as tropas castelhanas avançarem em território inimigo, as partes optaram por um acordo de paz, assinado em Santarém, em 19 de março de 1373, uma vez mais sob mediação papal.

Seguiu-se um período de apaziguamento, durante o qual D. Fernando I promoveu um «vasto programa de reconstituição nacional» (na expressão de Sérgio da Silva Pinto), ao nível do desenvolvimento da agricultura, da atividade naval e do reforço das estruturas de defesa de várias cidades e vilas do reino, entre outros aspetos.

A morte de Enrique II, em 1379, marcou o início de um novo período de instabilidade. D. Fernando I aproximou-se, mais uma vez, da Inglaterra, comprometendo-se a declarar guerra a Castela. Por sua vez, o novo rei castelhano, Juan I, posicionou as suas tropas na fronteira portuguesa, o que originou a reativação do conflito armado, em maio de 1381, com a Coroa portuguesa a beneficiar do apoio inglês. A terceira guerra fernandina desenvolveu-se num contexto de agravamento da saúde de D. Fernando I, o qual se deteriorou a partir de maio de 1382. É altamente provável que a fragilidade física do monarca e a crescente necessidade de garantir a sucessão tenham acelerado a busca por uma solução pacífica. Assim, foi assinado

secretamente um novo acordo, o Tratado de Elvas, em 10 de agosto de 1382. De acordo com as suas disposições, a infanta D. Beatriz foi prometida a um novo noivo, D. Fernando I, mais tarde conhecido como de Antequera, segundo filho de Juan I de Castela.

No entanto, quis o destino que a sorte de D. Beatriz tomasse outro rumo. Em setembro desse ano, faleceu a rainha de Castela, D. Leonor. Segundo Fernão Lopes, a ideia de casar D. Beatriz com o monarca castelhano, agora viúvo, partiu do próprio D. Fernando I. Parece estranha a estratégia do monarca em querer abrir a porta à intervenção direta de Castela na Coroa portuguesa. É provável que ele visse em Juan I o melhor defensor dos direitos sucessórios da sua filha D. Beatriz, especialmente face às ambições dos seus meios-irmãos D. João e D. Dinis, filhos de D. Pedro I e D. Inês de Castro, que, neste final de reinado, se apresentavam como verdadeiros rivais do rei português. Sintomático desta rivalidade, D. Fernando I havia-os explicitamente declarado ilegítimos no seu testamento, em 1378, tornando-os, assim, incapazes de reivindicar legitimamente a Coroa portuguesa. Para selar essa nova união, foi assinado, em 2 de abril de 1383, um tratado em Salvaterra de Magos. Segundo as suas disposições, no caso de falecimento do rei, D. Leonor Teles assumiria a regência até que D. Beatriz alcançasse a idade para governar ou tivesse um filho. A Coroa portuguesa passaria para o rei castelhano se, cumulativamente, D. Fernando I não tivesse descendentes legítimos, D. Beatriz falecesse antes do seu marido e estes não tivessem filhos. Em qualquer uma dessas situações, os dois reinos permaneceriam sempre independentes entre si.

DA MORTE DE D. FERNANDO I ÀS CORTES DE COIMBRA (1383-1385)

COM O FALECIMENTO DO MONARCA, EM 22 DE OUTUBRO DE 1383, TORNOU-SE urgente garantir a manutenção da lei e da ordem e, após o necessário período de luto, assegurar a continuidade da monarquia. Como o rei faleceu sem descendência masculina e sendo a sua única filha ainda menor, D. Leonor Teles assumiu a regência, conforme as disposições estabelecidas no referido Tratado de Salvaterra de Magos.

Não demorou para que a notícia do falecimento do monarca português chegasse a Castela. A catedral de Toledo foi o palco, provavelmente ainda durante o mês de novembro, das exéquias simbólicas organizadas

pelo casal régio. Juan I e D. Beatriz, vestidos de preto, fizeram seu «dó» diante de um ataúde representando o monarca. Esse luto, porém, foi breve e fugaz, pois era necessário garantir a sucessão. Segundo Fernão Lopes, que descreve a cerimónia em poucas palavras, «no outro dia pela manhã», o casal régio retornou à Sé de Toledo, agora trajando mantos de pano «de ouro» forrados de arminho. Ao fim daquele dia, D. Beatriz havia sido aclamada rainha de Portugal.

Entretanto, a situação portuguesa deteriorou-se rapidamente. As duas opções de sucessão ao trono, então em discussão, não satisfaziam as aspirações de grande parte da população. Por um lado, a regência de D. Leonor Teles, cada vez mais próxima do Conde Andeiro, gerava desconfiança. Embora ela tivesse tentado conquistar a simpatia de algumas elites do reino, nomeadamente as de Lisboa — oferecendo a entrada de oligarcas das principais cidades no Conselho Régio ou reforçando a legislação antijudaica —, a sua liderança indicava uma maior intervenção da família Teles de Meneses no governo. Por outro lado, D. Beatriz e o seu marido, legitimados como reis de Portugal, ofereciam pouca segurança no que respeita à independência do reino, conforme fora estabelecido pelos tratados luso-castelhanos assinados durante o reinado fernandino.

A possível perda de autonomia para Castela gerou resistência à aclamação de D. Beatriz em vários centros urbanos, como Lisboa, Elvas e Santarém. Motivado pela defesa dos interesses sucessórios da sua mulher — e provavelmente pelo eventual apoio prestado por membros do grupo nobiliárquico adversário de D. Leonor Teles e do Conde Andeiro —, Juan I passa à ofensiva, entrando em Portugal nos meados de dezembro, abrindo-se-lhe, desde logo, a cidade da Guarda. Perspetivando essa manobra como um atentado à sua regência, D. Leonor consagrou as suas energias a promover a defesa do reino.

Foi neste contexto de crescente instabilidade que ocorreu um evento decisivo. Após uma conspiração meticulosamente organizada por nobres poderosos, importantes oficiais da burocracia régia e outros descontentes com a influência de D. Leonor Teles, João Fernandes de Andeiro, favorito da regente, foi assassinado no dia 6 de dezembro de 1383, pelas mãos de D. João, Mestre de Avis e meio-irmão do falecido rei. Sob o pretexto de que o responsável pela morte do Conde Andeiro estava sob ameaça da regente, a população de Lisboa foi rapidamente manipulada por nobres, clérigos opositores ao Papa de Avinhão, oligarcas, oficiais régios e mercadores, os quais lograram direcionar a ira da turba contra alguns dos seus inimigos

comuns. O bispo da cidade, que partilhava com os castelhanos tanto a origem quanto a fidelidade ao papa de Avinhão, foi brutalmente assassinado, acabando o seu cadáver por ser arrastado pelas ruas da cidade e por ser lançado aos cães. Os judeus escaparam à chacina por pouco, somente graças à intervenção de D. João. Ao final do dia, o partido de D. Leonor Teles sofreu um golpe significativo, enquanto uma nova candidatura à sucessão ganhava força: a do Mestre de Avis, outro meio-irmão de D. Fernando, distinto de D. João, filho de Inês de Castro, o qual havia conquistado o apoio de uma parte considerável da nobreza portuguesa, mas cujo aprisionamento em Castela retirava qualquer possibilidade de intervenção direta no reino.

Com o desenrolar dos acontecimentos, a regente foi obrigada a abandonar Lisboa, dirigindo-se para as suas terras de Alenquer e depois para Santarém. Daí, perante a perda da cidade de Lisboa, não teve outra alternativa senão recorrer ao auxílio do seu genro. Não tardou que este acabasse por afastar a sogra da cena política, enviando-a para um convento em Tordesilhas, nos inícios de 1384.

Entretanto, em Lisboa, a facção do Mestre de Avis — conhecida na historiografia como o «partido nacionalista» — rapidamente ganhou uma forma mais institucionalizada. Reunidos no mosteiro de São Domingos, no dia 15 de dezembro de 1383, os representantes dos mesterais proclamaram o Mestre de Avis como *regedor e defensor do reino*. Como nessa reunião não estavam presentes os membros das elites da cidade, uma nova reunião foi convocada para o dia seguinte, nos Paços do Concelho. Segundo Fernão Lopes, cuja obra permanece uma das principais fontes para a reconstituição dos acontecimentos, os mesterais pressionaram a oligarquia camarária, que não teve outra opção senão ratificar a decisão tomada no dia anterior.

Seguiu-se um período de consolidação de posições e de preparação para o confronto militar que a primavera e o verão seguintes inevitavelmente trariam. O Mestre de Avis organizou o seu governo, promoveu o recrutamento de forças militares e a arrecadação de fundos, por meio da cunhagem de moeda e de contribuições monetárias solicitadas ao concelho, aos judeus e às igrejas de Lisboa. Nas semanas que se seguiram, várias cidades e vilas, sobretudo no Alentejo, declararam o seu apoio ao Mestre.

Enquanto isso, Juan I, instalado em Santarém, reforçou gradualmente o seu exército com contingentes enviados de Castela. No início de março de 1384, as tropas castelhanas iniciaram o seu avanço para oeste, sem enfrentar resistência significativa, uma vez que essa região estava sob o controlo do partido de D. Beatriz. Em abril, o foco das operações militares

deslocou-se para o Alentejo, onde o exército português, comandado por D. Nuno Álvares Pereira, obteve uma importante vitória, na Batalha dos Atoleiros, travada no dia 6 de abril de 1384.

O rei castelhano e a sua hoste chegaram finalmente a Lisboa no final de maio, lançando o cerco à cidade, por terra e por mar. A resistência, liderada pelo Mestre de Avis, revelou-se bem organizada e determinada, com a participação ativa da população lisboeta, que, no entanto, enfrentou enormes dificuldades devido à fome que assolava a cidade. Paralelamente, o exército castelhano enfrentava problemas logísticos crescentes, agravados pela propagação da peste nos seus acampamentos. Teria sido esta última a forçar, no dia 3 de setembro de 1384, o abandono do cerco e a retirada das tropas castelhanas.

Após o cerco, era momento de recompensar os lisboetas (conhecem-se, sobretudo, privilégios à Universidade e benesses de índole fiscal aos moradores da cidade) e de consolidar a vitória obtida sobre os castelhanos. Segundo Fernão Lopes, uma vez mais, foi D. Nuno Álvares Pereira quem sugeriu reforçar o comprometimento das forças apoiantes do Mestre de Avis. Com esse propósito, organizou-se uma nova assembleia do concelho de Lisboa para o dia 2 de outubro de 1384, igualmente no Mosteiro de São Domingos. Nessa ocasião, os representantes da cidade prestaram homenagem ao Mestre de Avis, confirmando-o como *Regedor e Defensor do Reino*. Além disso, ficou evidente a necessidade de convocar Cortes, já que somente nesse âmbito seria possível garantir os recursos financeiros necessários para continuar a luta contra o invasor castelhano e resolver a questão sucessória.

Caberia a Coimbra a honra de receber os três estados do reino para tão laboriosa e necessária assembleia. Esta iniciou-se nos princípios de março de 1385, com a presença da maior parte do episcopado, de mais de sete dezenas de nobres e dos procuradores de 31 concelhos do reino e, obviamente, com o Mestre de Avis, chegado no dia 3 à cidade. Segundo Marcello Caetano, as Cortes de Coimbra tiveram três objetivos principais: a escolha do novo rei, o financiamento da guerra e a receção e resposta aos habituais capítulos apresentados pelos participantes nobiliárquicos, eclesiásticos e concelhios à Coroa.

A questão central foi, indubitavelmente, a sucessão ao trono. Eram três os partidos em liça, aqui designados de acordo com a nomenclatura apresentada por Marcello Caetano. O primeiro, denominado «legitimista», reunia os apoiantes de D. Beatriz e, por extensão, da regência de D. Leonor

Teles. Contudo, em razão dos acontecimentos que antecederam esta assembleia e do alinhamento desta facção com Castela, não teve representação nas Cortes. O segundo partido, chamado «legitimista-nacionalista», defendia que a ascensão de D. Beatriz resultaria na perda da independência do reino, preconizando, assim, que a Coroa deveria ser entregue a D. João, filho do rei D. Pedro I e de D. Inês de Castro. Finalmente, o partido «nacionalista», liderado pelo Mestre de Avis, sustentava que Portugal necessitava de um monarca português, desvinculado de qualquer subordinação a Castela.

Os trabalhos relativos à sucessão do trono foram confiados ao jurista D. João das Regras, filho de um destacado oligarca lisboeta que havia recentemente regressado da Universidade de Bolonha, onde obtivera o doutoramento em Direito Civil. A estratégia adotada por este legista não consistiu em afirmar diretamente que o Mestre de Avis era o único candidato admissível ao trono, mas em demonstrar a ilegitimidade de todos os pretendentes.

D. Beatriz foi considerada inelegível devido à alegada nulidade do casamento entre os seus pais, D. Fernando e D. Leonor Teles. Quanto a D. João, filho de D. Pedro I e de Inês de Castro, foi excluído com base em dois argumentos principais: a inexistência de um matrimónio válido entre os seus progenitores e o facto de ter empunhado armas contra Portugal, sendo, por essa razão, considerado proscrito ou, na terminologia da época, «desnaturalizado». Por fim, o próprio Mestre de Avis enfrentava a objeção da sua condição de filho ilegítimo e de membro do clero, por ter ingressado numa ordem religioso-militar.

Perante a impossibilidade de se assegurar uma sucessão legítima ao trono, D. João das Regras argumentou que caberia às forças vivas do reino, reunidas em Cortes, a responsabilidade de escolher um novo monarca. Sustentando a ilegitimidade de todos os pretendentes e destacando a urgência de garantir a estabilidade governativa, concluiu que o único candidato viável era o Mestre de Avis. Consequentemente, afirma Fernão Lopes, «por unida concordância de todos os grandes e do povo comum, decidiram promovê-lo à alta dignidade e estado de rei».

O Mestre de Avis acabou por aceitar o encargo, cedendo à insistência dos três estados do reino. Dessa forma, cumpria-se «a vontade de Deus» e a decisão unânime das Cortes, formalizada no auto de eleição datado de 6 de abril de 1385. A partir desse momento, Portugal tinha um novo rei: D. João, o primeiro desse nome.

SUGESTÕES DE LEITURA:

ARNAUT, Salvador Dias — *A crise nacional dos fins do século XIV*. Vol. I: *A sucessão de D. Fernando*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1960.

CAETANO, Marcello — *A Crise Nacional de 1383-1385. Subsídios para o seu Estudo*. Lisboa: Verbo, s. d.

COELHO, Maria Helena da Cruz — *D. João I, o que re-colheu Boa Memória*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005.

GOMES, Rita Costa — *D. Fernando*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005.

LOPES, Fernão — *Crónica de Dom João I. Primeira Parte*. Edição crítica e notas de Teresa Amado, com a colaboração de Ariadne Nunes, Carlota Pimenta e Mário Costa. Introdução de Cristina Sobral. Lisboa: Imprensa Nacional e Centro de Estudos Comparatistas, 2017.